



# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

do recebimento dos autos.

13.2. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.4. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e no histórico das empresas em sítio eletrônico oficial.

13.5. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e no histórico das empresas em sítio eletrônico oficial.

**Parágrafo único.** Para fins de aplicação do disposto no caput os prazos das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, poderão correr conjuntamente, não sendo necessário o término de um prazo para início de outro.

13.6. A sanção prevista no inciso III, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do *caput* do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. A sanção prevista no inciso IV, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do *caput* do art. 155, do mesmo diploma normativo, bem como pelas





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## SESSÃO II

13.8. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas previstas neste regulamento, as seguintes sanções, consideradas a dosimetria da pena:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na dosimetria das sanções administrativas aplicadas com fulcro na Lei 14.133/2021 serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## SESSÃO III

13.10 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* deste artigo;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

*Rocher*





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

## SESSÃO IV

13.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do caput do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 14. CONTROLE DE QUALIDADE DO OBJETO:

O controle de qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada será realizado de maneira contínua e sistemática, com o objetivo de garantir a execução adequada e segura de todas as etapas do Concurso Público da Câmara Municipal de Minduri.

Para assegurar a conformidade do objeto contratado, serão observados os seguintes mecanismos de controle:

1. **Acompanhamento e fiscalização direta pela Administração**, por meio de servidor designado ou comissão responsável, que monitorará todas as fa-





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

ses do certame desde a elaboração do edital até a homologação final dos resultados.

**2. Verificação da qualidade técnica das provas**, incluindo:

- Coerência com as atribuições dos cargos;
- Ausência de erros conceituais;
- Adequação do conteúdo programático;
- Sigilo e segurança na elaboração, impressão e distribuição das provas.

**3. Monitoramento da logística e da equipe operacional**, verificando:

- Quantidade suficiente de fiscais;
- Condições adequadas dos locais de prova;
- Cumprimento dos horários e procedimentos previstos.

**4. Testes prévios nos sistemas informatizados**, como plataforma de inscrições, emissão de boletos, ambiente de acompanhamento do certame e publicação de resultados.

**5. Avaliação da transparência e publicidade**, exigindo que todas as etapas, editais, resultados e comunicados sejam divulgados com clareza e dentro dos prazos estabelecidos.

**6. Registro formal de ocorrências**, mediante relatório ou ata, para eventual aplicação de penalidades, ajustes ou correções durante a execução contratual.

**7. Reuniões de alinhamento** entre Administração e empresa contratada, especialmente antes da elaboração do edital, antes da aplicação das provas e antes da divulgação dos resultados, garantindo a conformidade do cronograma e das entregas.

O controle de qualidade será orientado pelo princípio da eficiência e visa assegurar que o concurso seja realizado com lisura, confiabilidade, transparência e pleno atendimento às normas legais e ao interesse público.





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

## 15. NORMAS E REGÊNCIA:

15.1. A elaboração deste termo de referência e futura contratação está enquadrada no art. 75 inciso II da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

***Art. 75. É dispensável a licitação:***

***II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras - -(Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Vigência***

15.2. Os casos omissos no presente Termo de Referência deverão observar a legislação de regência.

## 16. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

*Rocha*





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

16.2 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- b) - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administrações relacionadas a desapropriação,

*Por...*





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

16.3 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia; (caso tenha exigido)

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

## 17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa

*Rocha*





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 18. CONDIÇÕES GERAIS:

18.1. A Câmara Municipal de Minduri/MG reserva-se no direito de não receber o **objeto** em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório, quando se trata no ato de habilitação. Caberá à empresa adjudicatária, no caso dos serviços não apresentar as características citadas acima, não estejam de acordo com as especificações, o serviço deverá ter reforço, sob pena de rescisão do CONTRATO, sem prejuízo das sanções e punições previstas neste instrumento convocatório.

18.2. Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente autorizada pela Presidente da Câmara.





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

**18.3. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.**

18.5. Deverá responsabilizar-se por todos os encargos (tributários e não tributários) incidentes sobre a execução do contrato, excetuando-se o ISSQN.

18.6. No cálculo do preço deverão estar embutidos todos os custos da prestação de serviço, tais como: tributos e demais encargos sociais, deslocamentos, combustível, veículos, materiais, insumos, refeição, qualquer tipo de equipamento adicional para realizar o pleno funcionamento do sistema.

18.7. Após a celebração do contrato, a sua alteração só será admitida mediante prévia aprovação e apreciação da Câmara Municipal desde que seja provado a existência de motivo justo, caso fortuito ou força maior.

## 19. DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da comarca de Cruzília/MG para dirimir quaisquer conflitos existentes dentro desta contratação.

Minduri – MG, 19 de novembro de 2025.

**Raissa Carvalho Rocha**

**Presidente da Câmara Municipal de Minduri – MG**





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

## Ao Setor de Contratações da Câmara Municipal de Minduri-MG

Assunto: Formalização de Enquadramento – Procedimento de Licitação

Prezados,

Raíssa Carvalho Rocha,, responsável pelas demandas da Câmara Municipal de Minduri /MG-venho, por meio deste documento, formalizar o enquadramento mediante **Dispensa de Licitação**, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

### Identificação do Procedimento:

Número do Processo: **nº026/2025**

Modalidade de Licitação: **Dispensa de Licitação Eletrônica nº 029/2025**

Objeto: Contratação de empresa especializada para a organização, elaboração e realização de Concurso Público da Câmara Municipal de Minduri -MG

### Fundamentação Legal:

O presente enquadramento está respaldado nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratações públicas, bem como em suas alterações vigentes. **Conforme o que Dispõe o Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.**

### Responsável pela Formalização:

Declaro-me responsável pela veracidade das informações prestadas neste documento, comprometendo-me a fornecer, quando solicitado, documentos adicionais que comprovem o enquadramento do procedimento conforme a legislação vigente.

### Conclusão:

Por meio deste documento, solicitamos o enquadramento do procedimento Dispensa de Licitação **Eletrônica** em questão, de acordo com as normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Minduri-MG, 19 de Novembro de 2025.

**Raíssa Carvalho Rocha**  
**Presidente da Câmara Municipal de Minduri – MG**



## Solicitação de parecer

1 mensagem

**Comissão de Licitação Minduri** <licitacaominduri@gmail.com>  
Para: rgadbenconsultoria@gmail.com

19 de novembro de 2025 às 17:04

Boa tarde, tudo bem:? venho por meio deste solicitar parecer juridico referente a contratação de empresa para elaboração de concurso para Camara Municipal de Minduri. Qualquer dúvida estou a disposição. Obrigado













--

Atenciosamente,

**Comissão Permanente de Licitação de Minduri-MG**



### 12 anexos

-  **autorização para abertura de licitação - Cópia - Cópia.docx**  
79K
-  **autuação dos agentes.docx**  
77K
-  **Aviso de Contratação Direta - concurso.odt**  
244K
-  **Despacho orçamentário.pdf**  
146K
-  **DFD Câmara Minduri 2025.docx**  
95K
-  **etp camara.docx**  
105K
-  **formalização de enquadramento.docx**  
77K
-  **JUSTIFICATIVA DOS ORÇAMENTOS.docx**  
70K
-  **Oficio 147-2025 Solicitação realização do concurso (1).docx**  
68K
-  **PORTARIA FISCAL DO CONTRATO.docx**  
71K
-  **PORTARIA GESTOR DO CONTRATO.docx**  
72K
-  **TR concurso.docx**  
113K





## **PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO Nº:** 026/2025

**DISPENSA Nº:** 001/2025 (Dispensa Eletrônica)

**ASSUNTO:** Análise da legalidade e viabilidade jurídica do Processo de Contratação Direta para prestação de serviços técnicos especializados de organização e realização de Concurso Público.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 12.343/2024.

### **1. SÍNTESE DA CONSULTA**

O presente expediente encaminhado a esta Consultoria Jurídica em cumprimento ao Art. 53 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (NLLC), com vistas à análise prévia de legalidade e exegese do procedimento de contratação direta n.º 001/2025, na modalidade Dispensa Eletrônica, para a obtenção de serviços técnicos de organização, elaboração e execução de Concurso Público.

O Concurso visa o provimento de 3 (três) vagas efetivas na Câmara Municipal de Minduri, em observância ao Art. 37, II, da Constituição Federal e à Lei Complementar Municipal n.º 14/2025.

O processo foi devidamente autuado em 19 de novembro de 2025, sob a responsabilidade do Agente de Contratação Daniel de Amorim Freitas (Prefeitura Municipal, por delegação), e instruído com os seguintes documentos essenciais:

- Documento de Formalização da Demanda (DFD).





**SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

- Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Análise de Riscos.
- Termo de Referência (TR) detalhado.
- Autorização para Abertura da Contratação Direta (Dispensa);
- Despacho Orçamentário, atestando a disponibilidade de recursos (R\$ 74.932,08).
- Portaria n.º 017/2025, nomeando gestora e fiscal do contrato.

O valor total estimado para a contratação dos serviços é de **R\$ 55.622,25** (cinquenta e cinco mil seiscientos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E ANÁLISE DETALHADA**

### ***2.1. Do Enquadramento Legal: Dispensa em Razão do Valor***

A eleição pela contratação direta por dispensa de licitação encontra seu fulcro no Art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

O referido dispositivo legal estabelece uma exceção à regra geral da licitação para a contratação de "outros serviços e compras" que envolvam valores inferiores ao limite legalmente estabelecido. Consoante o Art. 182 da NLLC, os limites de dispensa devem ser anualmente atualizados.

O Decreto Nº 12.343, de 30 de Dezembro de 2024, promoveu a atualização monetária dos referidos tetos para o exercício de 2025, elevando o patamar de dispensa para a contratação de serviços, aplicando-se o coeficiente de atualização.





**SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

Considerando que o valor estimado de R\$ 55.622,25 para a contratação de empresa organizadora do Concurso Público é notavelmente inferior ao teto atualizado pelo Decreto Municipal n.º 12.343/2024 para o Art. 75, II, da NLLC, constata-se a subsunção da contratação à hipótese legal de dispensa.

A utilização da Dispensa Eletrônica (Aviso de Contratação Direta – Processo 026/2025) como instrumento para a contratação de baixo valor é recomendável, pois maximiza a competitividade, a economicidade e a publicidade inerentes à NLLC.

## ***2.2. Da Formalização da Demanda e do Planejamento (Art. 18 da NLLC)***

O procedimento atende aos requisitos da fase preparatória, essencial para a validação da contratação, nos termos do Art. 18 da Lei n.º 14.133/2021.

### **A) Necessidade e Justificativa da Solução:**

O DFD e o ETP demonstram que a necessidade decorre de um imperativo constitucional (Art. 37, II, CF/88) e legal (Lei Complementar n.º 14/2025). A escolha pela contratação de serviço técnico especializado externo é robustamente justificada pela: i) Ausência de capacidade técnica e estrutura operacional na Câmara; e ii) Risco de violação dos princípios da moralidade e impessoalidade (Art. 37, caput, CF/88), haja vista a manifestação de interesse de Agentes de Contratação e Controladoria Interna em participar do certame (Ofício n.º 147/2025). Tal motivação é plenamente aceitável e denota cautela administrativa.





**SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

**B) Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR):**

O ETP cumpre o papel de demonstrar a inviabilidade de parcelamento (a realização do concurso é um serviço de escopo único) e inclui uma análise de riscos (vazamento de informações, falha no sistema de inscrição), propondo medidas de mitigação, como a exigência de compliance e auditoria documental da Contratada. O TR especifica o objeto de maneira clara e precisa, exigindo a execução integral do certame (desde a elaboração do edital até a divulgação de resultados finais).

### ***2.3. Da Cobertura Orçamentária e da Reserva Financeira***

Em conformidade com o Art. 72, IV, da NLLC, a despesa encontra-se devidamente suportada pela dotação orçamentária **1.02.00.01.031.0001.2.0004 – 500 – 3.3.90.39.00.**

O Despacho Orçamentário anexo atesta a existência de disponibilidade financeira de **R\$ 74.932,08**, cifra que se mostra superior ao valor estimado da contratação (R\$ 55.622,25), configurando a plena e prévia previsão de recursos e a conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### ***2.4. Da Designação e Atribuição dos Agentes de Contratação e Fiscalização***

A documentação demonstra a correta designação dos agentes, atendendo ao Art. 8º da NLLC e ao Decreto n.º 11.246/2022:





**SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

Agente de Contratação: Daniel de Amorim Freitas. Sua atuação, decorrente de delegação inter-órgãos (Câmara solicitando auxílio da Prefeitura), prestigia a impessoalidade do processo.

Gestora do Contrato: Raíssa Carvalho Rocha.

Fiscal do Contrato: Karine Kelly Ribeiro.

A designação formal dos agentes e o detalhamento das suas atribuições na Portaria n.º 017/2025, que abrange tanto as funções de fiscalização técnica quanto administrativa, comprovam a intenção da Administração em garantir o acompanhamento efetivo da execução contratual, prevenindo responsabilidades.

#### ***2.5. Do Aviso de Contratação Direta (Ato Convocatório)***

O Aviso de Dispensa Eletrônica n.º 001/2025 é o ato convocatório que rege a fase externa. Nele, está fixado o critério de julgamento de Menor Valor Total Global, técnica que se coaduna perfeitamente com o objeto de prestação de serviço técnico de escopo fechado, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme o Art. 5º da NLLC.

### **3. CONCLUSÃO**

Em face da análise exaustiva da instrução processual, esta Consultoria Jurídica opina pela regularidade jurídica do Processo Licitatório n.º 026/2025 – Dispensa Eletrônica n.º 001/2025.





**SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

O procedimento satisfaz todas as exigências formais e materiais da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial o Art. 75, inciso II, validado pelo Decreto Nº 12.343/2024. A necessidade da contratação está comprovada, o planejamento (DFD/ETP/TR) é adequado, e a cobertura orçamentária é suficiente.

Destarte, manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do processo de contratação direta, para a fase de publicação, abertura e disputa eletrônica.

Ressalvo que a presente manifestação restringe-se ao controle prévio de legalidade, não abrangendo aspectos de conveniência e oportunidade do mérito administrativo, cuja responsabilidade decisória compete privativamente à autoridade competente da Câmara Municipal.

S.M.J., é o parecer.

Minduri – MG, 21 de novembro de 2025.

RODRIGO EMATNE  
GADBEN:83131868  
600

Assinado de forma digital por  
RODRIGO EMATNE  
GADBEN:83131868600  
Dados: 2025.11.24 08:23:21  
-03'00'

**Rodrigo Ematné Gadben**

**Consultor Jurídico**



# Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025

TIPO: Menor VALOR TOTAL GLOBAL

### 1. PREÂMBULO

A Presidente da Câmara Municipal de Minduri, por intermédio do Departamento de Licitação, mediante autorização do Exma. Raíssa Carvalho Rocha, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento (menor VALOR TOTAL), na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme demais normas aplicáveis.

**DATA DA SESSÃO:** 28 de Novembro de 2025.

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de Licitação – Licitar Digital, link: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)

**PERÍODO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS:** até as 08:00hrs.

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** 08:00 as 09:00 hrs.

### 2. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a organização, elaboração e realização de Concurso Público da Câmara Municipal de Minduri-MG**, com recursos provenientes do orçamento fiscal vigente, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos. Em atendimento a Solicitação da Câmara Municipal de Minduri – MG.

2.1. – Ocorrendo decretação de FERIADO ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima





# Câmara Municipal de Minduri

## Estado de Minas Gerais

mencionada, a Dispensa Eletrônica ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação. O processo administrativo e a contratação serão por menor valor total global, conforme tabela constante abaixo:

Item	Descrição	Unidade	QTD
1	<p><b>Cargos: 03 (três) cargos</b> <b>Sendo eles:</b></p> <p><b>Técnico Legislativo 02 (dois) cargos</b> Escolaridade Mínima: Ensino médio completo (curso médio regular ou técnico em qualquer área) Carga horaria semanal: 30 (trinta) horas Salario: R\$ 2,500.00 (dois mil e quinhentos reais)</p> <p><b>Auxiliar de Serviços Gerais 01 (um) cargo</b>  Escolaridade Mínima: Ensino fundamental completo. Carga horaria semanal: 40 (quarenta) horas Salario: R\$ 1,700.00 (um mil e setecentos reais)</p> <p><b><u>Obrigações Gerais:</u></b> Caberá à empresa contratada responsabilizar-se, especialmente, pelas seguintes atividades, dentre outras que se fizerem necessárias para o adequado processamento do concurso público e cumprimento integral das normas e instruções perti-</p>	P. S	12 (doze) Meses

*Rocha*





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

	<p>nentes do TCE/MG:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração do edital do concurso;</li><li>• Divulgação do concurso e do edital em site próprio na internet;</li><li>• Recebimento e processamento das inscrições;</li><li>• Divulgação, em página eletrônica de acesso público e previamente divulgada no edital, de avisos, decisões e resultados atinentes ao concurso;</li><li>• Expedição de comunicações e convocações aos candidatos inscritos, via e-mail, SMS e/ou whatsapp;</li><li>• Orientação ativa à Câmara Municipal para adoção de todos os procedimentos e providências necessários ao adequado andamento do concurso, especialmente o cumprimento das instruções e exigências do TCE/MG;</li><li>• Elaboração das provas objetivas;</li><li>• Aplicação e correção das provas objetivas;</li><li>• Orientação para análise e decisão de eventuais recursos contra o edital, as provas e os resultados;</li></ul>		
--	--	--	--

*Rache*





# Câmara Municipal de Minduri

## Estado de Minas Gerais

- Emissão dos relatórios de pontuação após correção das provas (resultados) e de relatório de homologação final, contemplando todos os aprovados por ordem de classificação;

- Elaboração de dossiê do concurso, contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame, que servirá de base para a Câmara Municipal e para o TCE/MG, quando da realização de eventual auditoria.

### **Outros Parâmetros:**

- Prazo estimado (desejado) para conclusão do concurso: máximo de 6 meses, salvo em havendo intercorrências que provoquem suspensão ou adiamento do certame.

- Pretende-se aplicar apenas provas objetivas, não havendo avaliação de títulos.

- A Câmara Municipal responsabilizar-se-á por disponibilizar o local para aplicação das provas, a serem realizadas na sede do município de Minduri;

- Caberá também à Câmara a responsabilidade e os ônus pelas publi-

*Roche*





# Câmara Municipal de Minduri

## Estado de Minas Gerais

	<p>cações oficiais a serem realizadas (editais e avisos), mediante orientação da contratada;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Caso haja demandas judiciais decorrentes do processo de concurso público, a empresa contratada deverá prestar assessoria à Câmara Municipal, elaborando subsídios de mérito para defesa nas ações, quando versarem sobre procedimentos do concurso e cláusulas do edital.</li><li>• Os valores das taxas de inscrição serão arbitrados pela contratante, e serão creditados em conta bancária da Câmara Municipal, mediante emissão de boletos ou via sistema PIX, cujos códigos e instruções serão fornecidos aos candidatos por meio do website da contratada na internet, no ato do pedido de inscrição. Caberá à contratante formalizar convênio com instituição bancária para emissão dos respectivos boletos bancários ou geração de códigos individuais de PIX, e caberá à contratada orientar tecnicamente a contratante quanto aos parâmetros para tal convênio.</li></ul>		
--	--	--	--

*Roche*





# Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

## **Atividades da ETAPA 1 – Edital e Inscrições:**

- Elaboração e montagem da minuta do edital, a ser submetida à aprovação da Câmara;
- Elaboração de cronograma geral;
- Orientação à Câmara sobre forma e prazos para publicação do edital e/ou seu extrato, bem como a respectiva remessa ao TCE/MG;
- Especificação de programas de estudos para cada cargo;
- Elaboração e definição do conteúdo e bibliografia para as provas;
- Recebimento das inscrições por via eletrônica, através do *site* da empresa, e presencial, através de local, equipamentos e servidor da Câmara Municipal;
- Seleção e nomeação da banca examinadora;
- Treinamento ao servidor encarregado do recebimento das inscrições e/ou orientação aos candidatos (se for o caso);
- Análise de todas as inscrições efetivadas, objetivando suas homologações;
- Emissão de relatório de candidatos

*Rocha*





# Câmara Municipal de Minduri

## Estado de Minas Gerais

em ordem alfabética, contendo cargo e número de inscrição e as inscrições indeferidas, mediante fundamentação.

### **Atividades da ETAPA 2 – Elaboração e Aplicação de Provas:**

- **Elaboração da prova objetiva**

Com questões inéditas, em conformidade com o nível de escolaridade e as atribuições dos cargos, por intermédio de profissionais especializados, sendo que as provas conterão pelo menos 40 questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) ou 5 (cinco) alternativas.

- **Elaboração de Provas Especiais:**

Na hipótese de haver candidatos portadores de necessidades especiais, a empresa se responsabilizará pelo recebimento dos laudos médicos que comprovem a deficiência e, em caso de solicitação de prova especial, ficará a cargo da empresa a preparação das provas de acordo com cada necessidade e a contratação de profissionais técnicos capacitados (intérpretes) para eventuais traduções.

- **Outros procedimentos**

- Relativos às provas e pertinentes à contratada:
- Análise técnica das questões, com revisão de sua redação, antes da impressão das provas;





# Câmara Municipal de Minduri

## Estado de Minas Gerais

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Digitação e edição das provas;</li><li>• Impressão dos cadernos de questões;</li><li>• Manutenção do sigilo das questões e da segurança da prova;</li><li>• Verificação dos locais para aplicação das provas e definição das datas em conjunto com a Comissão de Concurso;</li><li>• Distribuição dos candidatos no local das provas;</li><li>• Emissão da relação geral dos candidatos em ordem alfabética, contendo o local de realização das provas;</li><li>• Mapeamento e identificação das salas para a realização das provas;</li><li>• Elaboração dos materiais de apoio para a realização da prova, tais como etiquetas para envelopamento dos cartões de respostas, lista de presença, etiquetas para envelopamento de questões, cartões de respostas e relatórios;</li><li>• Acondicionamento e transporte dos cadernos e grades ao local das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança;</li><li>• Treinamento e contratação do pessoal envolvido na aplicação da prova (caso não possua ou não utilize pessoal próprio);</li><li>• Aplicação efetiva das provas, com a presença de sua equipe de coordenação;</li><li>• Elaboração de ata e lista de presença;</li><li>• Ampla divulgação do gabarito ofi-</li></ul>		
--	--	--	--



# Câmara Municipal de Minduri



## Estado de Minas Gerais

	<p>cial, logo após o término das provas;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Correção dos cartões de respostas;</li><li>• Emissão de boletins individuais e relatório de notas de todos os candidatos;</li><li>• Correção e entrega dos resultados das provas escritas;</li><li>• Emissão do relatório das notas dos candidatos para publicação.</li></ul> <p><b>Atividades da ETAPA 3 – Revisão de Questões e Recursos:</b></p> <p>Recebimento dos recursos encaminhados segundo as regras definidas em edital;</p> <p>Encaminhamento dos pedidos de revisão à banca examinadora para análise;</p> <p>Fundamentação das respostas aos pedidos de recursos impetrados, com emissão de parecer individualizado;</p> <p>Atualização, quando necessário, dos gabaritos oficiais e das notas das provas.</p>		
--	--	--	--

- 2.2. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 2.3. O critério de **MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL**, e julgamento por **VALOR TOTAL GLOBAL** sendo observado o valor máximo aceitável e as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

*Rocha*



# Câmara Municipal de Minduri



## Estado de Minas Gerais

- 3.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á através da plataforma licitar digital, disponível no endereço eletrônico **[www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)**.
- 3.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Dispensa de Licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (**[www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)**)
- 3.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
  - 3.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 3.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 3.4.3. Que se enquadrem nas vedações do artigo 14, incisos I a VI da Lei nº 14.133/21;
  - 3.4.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - 3.4.5 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se á da seguinte forma:
    - a) - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo tal proposta ser registrada, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
    - b) - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso do I do caput do art 45, da Lei Complementar 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do §2º do art 44 da Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
    - c) - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá usar do direito de preferência.

*Rocha*



# Câmara Municipal de Minduri



## Estado de Minas Gerais

d) - O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lance e antes da fase de homologação.

e) - Na hipótese da não contratação nos termos previsto no caput do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) - O disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4.6 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda documentação exigida para fins de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

a) - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias Úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito de assinatura de contrato ou instrumento que o substitua.

b) - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do art 43, da Lei Complementar 123/2006, implicará decadência do direito á contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 155 a 163 da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4.7- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.4.8-Todos os itens que constam no edital, a participação não é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, pois o certame de trata de menor valor total global, porém será mantido todas os benefícios das microempresas.

## 4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA "PROPOSTA DE PREÇO INICIAL"



# Câmara Municipal de Minduri



## Estado de Minas Gerais

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica dar-se-á mediante ao "CADASTRAMENTO" de sua "Proposta de Preço Inicial", em conformidade com o Termo de Referência e ao Anexo II.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, deverá "CADASTRAR" e inserir sua "Proposta de Preço Inicial", em campo específico na Plataforma de Licitações online "Licitar Digital" no site **www.licitardigital.com.br**. Conforme a descrição do objeto ofertado, devendo ainda informar o preço unitário e total do item, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento. Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.
- 4.3. A Proposta de Preços também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento ou na prestação dos serviços.
- 4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

*Rocha*



# Câmara Municipal de Minduri



## Estado de Minas Gerais

- 4.10. No "CADASTRAMENTO" da "Proposta de Preço Inicial", o fornecedor deverá, também, assinalar "SIM" ou "NÃO" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 4.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
  - 4.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 4.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
  - 4.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
  - 4.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.11. A falta de qualquer destes campos na plataforma Licitar Digital acarretará ao fornecedor o dever de apresentar a "Declaração Conjunta" no momento anterior à contratação.
- 4.11.1. Devendo inserir sua "Proposta de Preço Inicial" e a "Declaração Conjunta" com a "Documentação de Habilitação" em campo específico na Plataforma de Licitações online "Licitar Digital" no site [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br). Conforme a descrição do objeto ofertado. Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.
- 4.12. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, considerando o CRITÉRIO DE JULGAMENTO de MENOR VALOR TOTAL GLOBAL.
- 4.13. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso, que será de R\$ 0,01 (um centavo).
- 4.14. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.



# Câmara Municipal de Minduri



## Estado de Minas Gerais

- 4.15. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 4.16. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## 5. DA FASE DE LANCES

- 5.1. A partir da data e horário estabelecido neste Aviso de Contratação Direta, A SESSÃO PÚBLICA SERÁ AUTOMATICAMENTE ABERTA PELO SISTEMA para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.3. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL GLOBAL em disputa.
- 5.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo), conforme mencionado no item 4.13.
- 5.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



# Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

- 5.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, deverá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 6.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 6.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 6.6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 6.7. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.9.1. Contiver vícios insanáveis;
  - 6.9.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 6.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.